

DOMINÂNCIA FISCAL E A CREDIBILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

ALEXANDRE MANOEL

Brasília-DF, 2 de junho de 2025

Plano de voo

- Breve histórico da política fiscal do Governo Federal durante os séculos XX e XXI.
- Impacto da política fiscal nas decisões de política monetária.
- O que é Dominância Fiscal? Por que voltamos a falar desse tema recentemente?
- Como tem evoluído a credibilidade do governo?
- Considerações finais.

Breve histórico da política fiscal do Governo Federal durante os séculos XX e XXI.

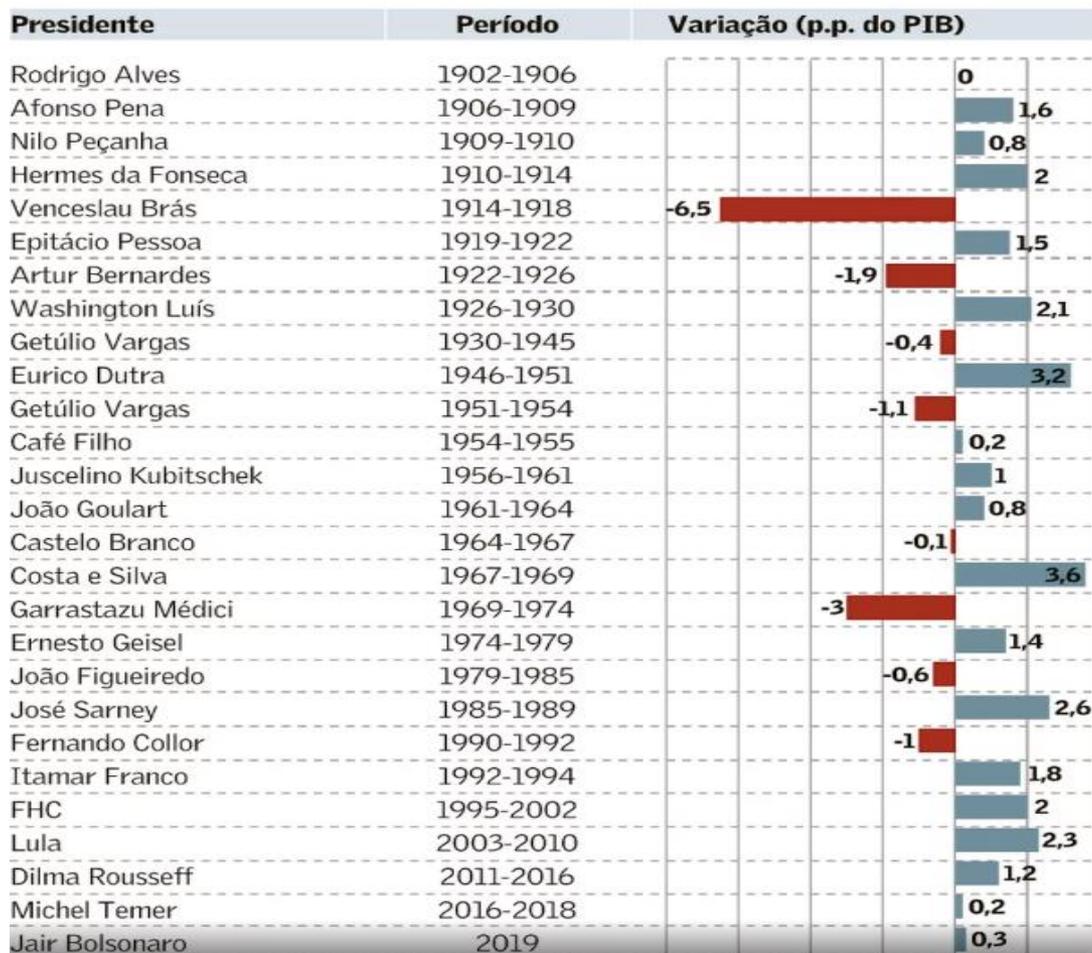
Breve histórico da política fiscal do Governo Federal durante os séculos XX e XXI

- Entre 1901 e 2006, quase sempre a variação real da despesa primária foi superior à taxa real de crescimento do PIB *per capita*
- Em média, taxa real de crescimento das despesas primárias (7,7% aa) e taxa real de crescimento do PIB *per capita* (5,09% aa)
- Apenas em aproximadamente de 20 anos (não necessariamente sequenciados) houve crescimento real negativo da despesa primária do governo federal

Breve histórico da política fiscal do Governo Federal durante os séculos XX e XXI

Mandatos presidenciais (mais de um ano)

Variação da despesa primária em relação ao PIB



Fonte: até 1994, dados de "Estatísticas do século XX", no site do IBGE; de 1995 até 2019, no Tesouro Nacional

Breve histórico da política fiscal do governo federal durante os séculos XX e XXI

- A lei de Wagner funcionou para o Brasil no século XX
- De fato, o gasto aumentou em relação ao PIB, em função das políticas de industrialização e da seguridade social (esta especialmente após a Constituição de 88)
- Após de 1988, houve também aumento de carga tributária, inclusive para se obter superávit primário.
- Não é razoável esperar que a despesa continue crescendo em proporção do PIB como cresceu nos últimos 30 anos

Breve histórico da política fiscal do Governo Federal durante os séculos XX e XXI

- A despesa do Governo Federal aumentou de 11,1% em 1991 para 19,9% do PIB em 2016.
- Apesar de não ter havido corte de despesa obrigatória no período 2017-2018, nem no governo Bolsonaro, houve, no governo Temer, diminuição de benefícios financeiros e creditícios
- No governo Bolsonaro, por sua vez, a reforma da previdência diminuiu a taxa de crescimento dos benefícios previdenciários
- Enfim, no Brasil, mesmo em períodos de ajuste fiscal pelo lado da despesa, como em Temer e em Bolsonaro, não há corte, mas sim controle da despesa; seguram-se as despesas e observamos que elas caem em proporção do PIB, como ocorreu no Bolsonaro

Breve histórico da política fiscal do governo federal durante os séculos XX e XXI

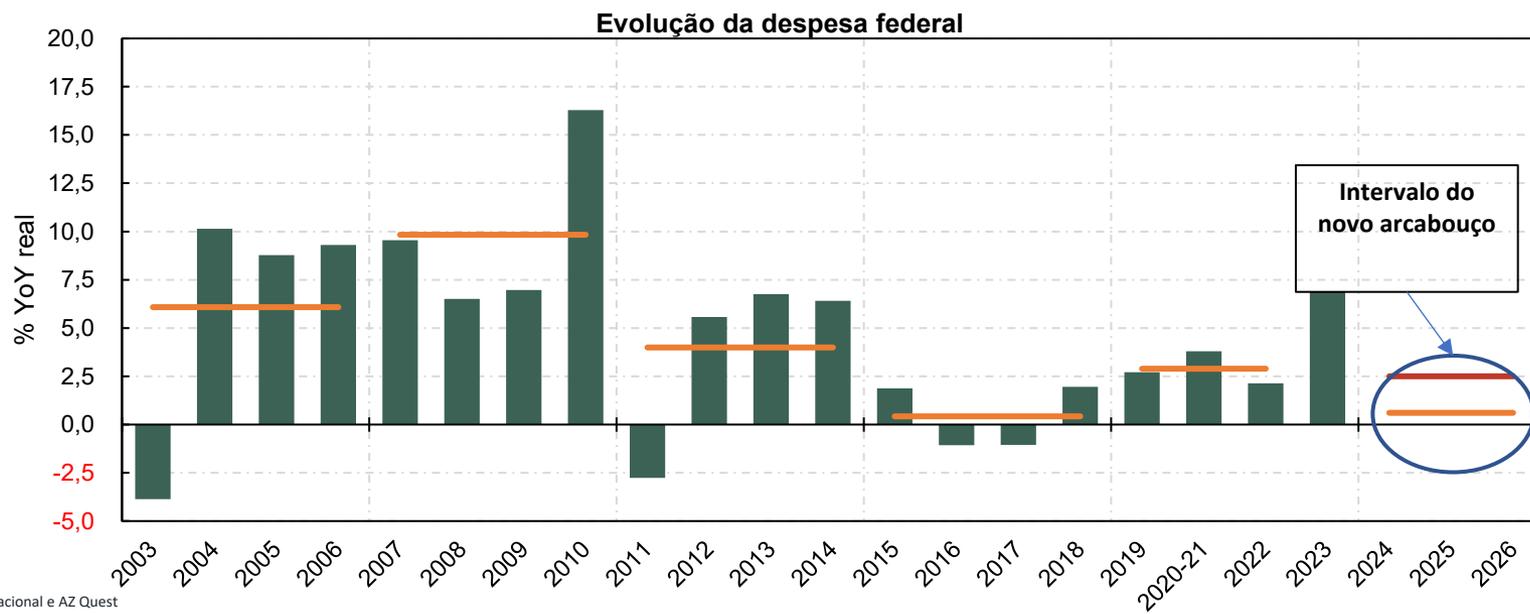
- Depois de o ajuste Temer/Bolsonaro, a situação deixada para o Governo Lula 3, ao assumir em janeiro de 2023, era de superávit estrutural de 0,2% do PIB, porém com gastos encobertos de 0,9% do PIB, implicando a necessidade de ajuste fiscal de 0,7% do PIB, conforme descrito no texto:
- <https://blogdoibre.fgv.br/posts/gastos-publicos-nas-tentativas-de-reeleicao-de-2014-e-2022-rumo-uma-crise-economica-com-forte>

Breve histórico da política fiscal do governo federal durante os séculos XX e XXI

- Essa foi a “herança maldita” herdada dos governos Temer e Bolsonaro e foi esse desafio que a implantação do Novo Marco Fiscal visou superar
- Logo, o ajuste fiscal proposto por Lula 3 (Novo Marco Fiscal) seguiu a diretriz de ajuste pelo lado da despesa – tentativa de controle e até redução da despesa como proporção do PIB. **Mas, essa promessa não tem se concretizado.**

Breve histórico da política fiscal do governo federal durante os séculos XX e XXI

Se o limite global de gastos do Novo Marco Fiscal proposto por Lula 3 (2,5% real ao ano) estivesse realmente funcionando, manteríamos uma quebra no padrão histórico de despesas que vigorou nos últimos governos, o que certamente levaria ao inverso do que estamos observando hoje em termos de política monetária e credibilidade



Impacto da política fiscal nas decisões de política monetária.



O que é Dominância Fiscal? Por que voltamos a falar desse tema recentemente?

Dominância Fiscal diz respeito à forma de coordenação entre a política fiscal e a monetária (Sargent & Wallace 1981).

Vale a pena ler o sintético artigo de blog sobre este assunto:

<https://blogdoibre.fgv.br/posts/intensificacao-do-regime-de-dominancia-fiscal-no-brasil-em-2024>

Como tem evoluído a credibilidade do governo?

- As agências internacionais de classificação de risco que, inicialmente, deram aval ao Novo Marco Fiscal, recentemente reconheceram suas fragilidades e consolidaram a **ausência de credibilidade do atual governo**, que já vinha sendo refletida nas altas taxas curtas e longas de juros
- <https://www.infomoney.com.br/mercados/moodys-rebaixa-perspectiva-para-brasil-rating-permaneceu-em-ba1/>

Considerações finais

- O Brasil tem um longo histórico de populismo fiscal e expansão de gastos
- Períodos com altas taxas, carga tributária elevada e dívida pública alta são (de alguma forma) consequência de nossa falta de controle do gasto público
- Entre 2016 e 2022, observamos um período de ajuste fiscal, considerando o esgarçamento fiscal anterior. O Novo Marco Fiscal, proposto pelo governo Lula 3, prometia dar continuidade a esse período.
- O mercado e as agências de classificação de risco acreditaram, inicialmente. Juros caíram e ratings melhoraram.
- Porém, a promessa não tem sido cumprida, levando à volta da discussão sobre Dominância Fiscal e perda de credibilidade do atual governo.